

“A opção pelos *insiders*”: O financiamento como variável para o entendimento do campo político¹

Bruno Marques Schaefer²

Tiago Alexandre Leme Barbosa³

Resumo: Nesse texto analisamos a distribuição de recursos financeiros via organizações partidárias para os candidatos ao cargo de deputado federal, no Rio Grande do Sul, em 2014, nos principais partidos políticos da competição estadual: PP, PMDB, PSDB, PDT e PT. Por meio dos dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sobre os recursos financeiros que são destinados pelos partidos políticos aos candidatos, tínhamos como hipótese que: os partidos políticos não distribuem esses recursos de forma equitativa. Na prática, isso significa a preferência, e a criação de uma “lista informal” dos candidatos “selecionados” pelos partidos. Os resultados indicam que todos os partidos políticos investiram mais nos incumbentes do que nos candidatos novatos, sendo o PSDB uma das agremiações que depositou mais da metade do fundo em apenas um dos seus dezoito candidatos. Esses dados sugerem, que os partidos políticos possuem algum tipo de controle sobre a condução do pleito eleitoral. Nesse quesito, não podem ser entendidos como organizações “frouxas”, pois a elite partidária detém a capacidade de influenciar aqueles que serão os representantes da agremiação na Câmara Federal.

Palavras Chaves: Partidos Políticos. Financiamento Eleitoral. Capital Político. Elites.

Introdução

Em setembro de 2016, o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), propôs que o Brasil passasse do voto em lista aberta para o voto em lista fechada⁴. Um dos tópicos mais debatidos, por cientistas políticos, políticos e jornalistas, no que tange a Reforma Política no país, a mudança de lista acende diversas polêmicas.

Para os defensores da proposta de lista fechada, a adoção do modelo fortaleceria as organizações partidárias, diminuindo os “custos de informação” dos eleitores (ALDRICH, 1995), bem como as campanhas se tornariam mais baratas, afinal de contas, os partidos estruturariam listas preordenadas de candidatos ao Legislativo e, de acordo com o total de

¹ Agradecemos os pareceristas anônimos da revista "Conversas e Controvérsias". Realizamos as alterações propostas, mas, como de praxe, qualquer erro é de nossa inteira responsabilidade.

² Mestrando do PPG em Ciência Política da UFRGS. E-mail: brunomschaefer@gmail.com.

³ Doutorando do PPG em Ciência Política da UFRGS. E-mail: tiagoalexandrel@gmail.com.

⁴ Disponível em: <<http://odia.ig.com.br/brasil/2017-03-21/rodrigo-maia-defende-eleicao-com-lista-fechada-mais-transparente.html>> Acesso em: 21 de março de 2017.

votos, preencheriam as vagas de acordo com a mesma. Ao invés de várias campanhas individuais, existiriam campanhas coletivas. Para os opositores da proposta, a predefinição de listas, pelos partidos, daria controle ainda maior aos “caciques” partidários, bem como tiraria do eleitor a possibilidade de votar no seu candidato de preferência. Sobre o primeiro ponto, a suposta ausência de democracia interna nos partidos brasileiros, seria um caminho para que as elites dos partidos concentrassem ainda mais poder, definindo uma lista que as favorecessem. Sobre o segundo, o que ficaria prejudicado é a máxima de que os brasileiros tendem a votar nos candidatos e não nos partidos (MAINWARING, 1996).

No sistema de lista aberta, em tese, os partidos não têm controle sobre quais parlamentares são eleitos, nos distintos níveis de disputa. Esta constatação, reforçada pela literatura, principalmente estrangeira, sobre os partidos brasileiros, tem um fundo normativo: os partidos brasileiros seriam, em sua natureza, frágeis (AMES, 2003). A falta de controle sobre os políticos recrutados e eleitos seria maximizada pelo sistema eleitoral proporcional e a lista aberta. Os partidos, neste sentido, são vistos enquanto máquinas quase que exclusivamente eleitorais, sem vínculos organizativos com a sociedade, e como uma espécie de proprietário que arrenda a sigla de dois em dois anos para distintos políticos (MAINWARING, 1996; AMES, 2003).

Em contraposição a estes achados, diversos trabalhos recentes sobre os partidos brasileiros apontam que estes, a sua maneira, possuem distintos graus de centralização organizativa (RIBEIRO, 2013), conseguem manter a disciplina de seus parlamentares (FIGUEIREDO & LIMONGI, 1995), bem como lançam mão de recursos específicos para garantir a coordenação eleitoral (GUARNIERI, 2011). Neste trabalho, buscamos trazer novos elementos empíricos para a análise destas organizações, vinculando esta literatura de abordagem “organizacional”, com os estudos sobre elites políticas, tal como proposto por Marenco dos Santos (2008).

Pontuamos que, por mais que não exista oficialmente a lista fechada no Brasil, os partidos brasileiros, por meio de suas elites⁵, estruturam filtros de controle sobre a oferta de candidatos ao eleitorado. Por meio da distribuição do financiamento eleitoral, os partidos ordenam uma lista informal de candidatos “preferidos” (CAMPOS, 2009; SPECK &

⁵ Entendemos as elites partidárias enquanto as Executivas, em nível nacional e subnacional (RIBEIRO, 2014).

CAMPOS, 2015). Investigamos, portanto, como esta variável, o financiamento, funciona no que concerne à seleção das elites políticas. A nossa hipótese é que, a despeito das conhecidas críticas que existem a fragilidade dessas organizações, o que acontece durante a definição das candidaturas é a escolha de candidatos *incubents* em detrimento de *outsiders*. Na prática, isso significa que existe algum tipo de controle por parte das direções dos partidos políticos, e essa ação deliberada denota a preferência por determinados candidatos.

As nossas evidências são relativas aos gastos de doação dos partidos políticos realizados para os candidatos ao cargo de Deputado Federal, no ano de 2014, entre os principais partidos políticos gaúchos⁶: PT, PDT, PMDB, PSDB e PP, juntos eles elegeram 21 deputados federais, das 31 vagas de que o Rio Grande do Sul tem direito (cerca de 68%), naquele ano, além de terem eleito todos os governadores do Estado desde as eleições de 1982.

O trabalho está dividido em três seções. Na primeira, apresentamos o problema das elites partidárias e do recrutamento político, pontuamos alguns dos trabalhos que foram realizados, em especial no Brasil, sobre as temáticas, bem como tratamos de explorar, conceitualmente, a noção de capital político, desenvolvida por Bourdieu (1989; 2011). Na sequência, discutimos as limitações da pesquisa e os resultados. Por último, a conclusão retoma alguns achados da pesquisa.

1. A Elite Partidária e recrutamento

Desde o surgimento dos modernos partidos políticos, as discussões sobre a existência do controle de um pequeno grupo de indivíduos, a elite partidária, sobre os demais membros, aparece em autores como Michels ([1911] 1982), Duverger ([1951] 1992) e de forma mais elaborada, sobre a noção de coalizão dominante, em Panebianco (2005). A despeito desse aspecto na organização partidária, ao menos no Brasil, falar em uma elite partidária, em como identifica-la, e quem de fato faz parte desse seleto grupo de indivíduos, ainda constitui uma agenda de estudos pouco explorada pela Ciência Política.

A despeito do baixo interesse pela temática, seria um exagero afirmar que teses e dissertações não apresentam aspectos importantes sobre os dirigentes partidários.

⁶ Seguimos a proposta de Mancuso (2015), ao centrarmos a análise no contexto subnacional. O caso do Rio Grande do Sul, neste sentido, é interessante, pois possibilita uma análise exploratória dos dados. Posteriormente, outras pesquisas podem avançar na comparação entre estados e/ou entre partidos.

Especificamente sobre elite partidária, Rodrigues (1989) analisou a composição social da Executiva petista, que depois, seria objeto de Ribeiro (2008) tanto sobre a composição social quanto sobre o suposto processo de "oligarquização". Posteriormente, Ribeiro (2014) investigou comparativamente as executivas dos principais partidos políticos brasileiros, tendo como foco, a presença de dirigentes com cargos políticos à frente dessas instâncias. Já sobre a oligarquização, a nível estadual, Lucas (2003) se valeu da proposta de Schonfeld (1980) para análise do PMDB e PT gaúchos. O objetivo dessa breve revisão, não é inventariar toda essa literatura, mas chamar atenção para o fato do que seria a elite partidária e de algumas tentativas em se estudá-la.

Do ponto de vista analítico, a questão passa ser então como identificar este grupo. Na produção sobre elites políticas, existem ao menos três formas de as identificar, conforme afirma Codato (2015). O autor, a partir de exemplos encontrados na literatura, destaca os métodos: *posicional*, *decisional* e *reputacional*. No caso dos partidos políticos, estaríamos diante de pelo menos dois tipos de elites, tanto aquele grupo formado por quem ocupa cargos formais no interior das organizações tanto aqueles que detém influência, mas não ocupam cargos formais.

No nosso caso, optamos pela definição de coalizão dominante de Panebianco (2005). Em termos teóricos, o conceito do autor remete a sua concepção sobre o que é um partido político, enquanto uma organização que interage com o ambiente externo, e que lida com dilemas organizacionais. Dentro dessas organizações estaria a coalizão dominante, que nas palavras do autor:

[...] é composta por aqueles agentes formalmente internos e/ou externos à organização, que controlam as zonas de incerteza mais vitais. O controle sobre esses recursos, por sua vez, faz da coalizão dominante o principal centro de distribuição dos incentivos organizativos no interior do partido. (PANEBIANCO, 2005, p. 74)

Note-se que a definição do autor, em termos da agenda de pesquisa de elites políticas, é conformada tanto do ponto de vista de indivíduos em posições formais (método *posicional* Mils (1981)), quanto por “agentes externos”, que podem, em termos teóricos e práticos, ser identificados pela sua importância nas decisões da organização (método *reputacional*).

No nosso caso, os indivíduos que decidem sobre o financiamento (a despeito da possibilidade de receberem influências externas) são aqueles que ocupam cargos nas

Executivas Nacionais, e nas Executivas Estaduais. Em termos teóricos, eles seriam responsáveis, nos termos de Panebianco (2005) pelo controle de seis zonas de incerteza: a) competência (o conhecimento adquirido da prática no interior no partido), b) relações com o ambiente, c) a comunicação, d) regras formais, e) financiamento e f) recrutamento. Nesse texto, os nossos dados dizem respeito especificamente as três últimas zonas de incerteza: i) as regras formais (como os partidos definem em seus estatutos como deve ser distribuído o financiamento); ii) o financiamento (os recursos que são oriundos do fundo partidário para os partidos políticos); e iii) o recrutamento de candidatos, aqui entendidos como os candidatos ao cargo de deputado federal.

Os cinco partidos analisados possuem estruturas decisórias “enxutas”. O número de membros, bem como os responsáveis pela distribuição ou controle dos recursos do partidário é estabelecido na tabela abaixo:

Tabela 1- Número de Membros das Executivas Nacionais e Estaduais (Titulares).

	Partido				
	PT	PDT	PMDB	PSDB	PP
Executiva Estadual	8	11	13	15	22
Executiva Nacional	14	13	17	25	99

Fonte: TSE, Estatutos.

Note-se que em todos os partidos selecionados, o número de indivíduos que compõe as executivas estaduais não passa de 15 membros, excetuando o PP. Além disso, as executivas subnacionais são, via de regra, menores que as nacionais. Os incumbidos para distribuição dos recursos nos partidos são, geralmente, os tesoureiros e presidentes, enquanto responsáveis financeiros e administrativos, respectivamente. Estes dois cargos concentram uma espécie de poder discricionário no interior da organização, podendo favorecer alguns candidatos em detrimento de outros. Segundo Campos (2009, p.186): “Na medida em que recebem e controlam, de forma autônoma, recursos indispensáveis às campanhas eleitorais, os partidos ganham importância na condução do processo eleitoral”. Esta afirmação coincide com o argumento central de nosso texto, qual seja: os partidos selecionam, internamente, seus favoritos, pois estão respaldados em aspectos legais para fazê-lo. A legislação brasileira que

regula o funcionamento dos partidos políticos, segundo Ribeiro (2013), dá aos mesmos um enorme grau de autonomia no que concerne vários aspectos de sua atividade organizacional. Neste sentido, as coalizões dominantes nacionais, ou elites partidárias, podem conceder autonomia às unidades partidárias subnacionais ou, ao contrário, centralizar recursos e decisões na esfera nacional. No que concerne às zonas de incerteza, por nós tratadas neste trabalho, não há, em nenhum dos estatutos partidários, critérios claros que determinem ações específicas. A margem de escolha das elites, no plano nacional e estadual, é larga. As regras formais (estatutos) não estabelecem porcentagens específicas de recursos a serem destinados para candidatos individuais, bem como as regras de recrutamento, geralmente, seguem as normas da legislação (período mínimo de filiação), excetuando o caso petista (RIBEIRO, 2008).

1.1 Recrutamento e capital político

No Brasil, uma crescente literatura tem se dedicado ao entendimento dos predicados sociais dos indivíduos que chegam aos postos de elite. Estes estudos partem de ao menos dois pontos distintos: a análise dos eleitos ou dos candidatos e eleitos. No primeiro grupo de trabalhos, estariam textos consagrados sobre a Câmara Federal, como os de Marengo dos Santos (1997), Marengo dos Santos & Serna (2007), Rodrigues (2002, 2006 e 2014). No mesmo sentido, estariam as análises sobre o Senado Federal: Costa & Codato (2013), Costa, Costa & Nunes (2014) e Neiva & Izumi (2014).

O segundo ponto de partida, é relativo ao perfil tanto dos candidatos e quanto dos eleitos: Perissinotto & Miriade (2009), Perissinotto & Bolognesi (2010), Codato, Cervi & Perissinotto (2012), ou ainda, sobre o próprio processo de seleção de candidaturas dentro dos partidos políticos brasileiros (BOLOGNESI, 2013). Note-se que o “ponto de partida” envolve o acesso de dados e informações diferenciadas e, além disso, um estudo com os dados dos “derrotados” tem a vantagem de saber quais são os grupos deixados de lado no processo de seleção de elites, segundo Perissinotto & Miriade (2009).

A importância destes estudos está vinculada a questão de: “quem chega lá?”. “Quais os atributos de diferenciação que possibilitam que algumas pessoas, no conjunto da sociedade,

consigam se inserir no campo político?” Para autores como Joignant (2012), o capital escolar, o tempo livre, bem como o capital econômico, seriam determinantes para o acesso ao campo político, afinal, seriam capitais distribuídos desigualmente na sociedade. Como as vagas eletivas são bastante limitadas, estes atributos possibilitariam maiores chances de sucesso para alguns em detrimento de outros. Aliado a isto, o processo de profissionalização da política, notado por Weber desde o final do século XIX (WEBER, 2004; 2013), elevou os custos de entrada de novos sujeitos à vida pública. A exigência do conhecimento jurídico, o “falar bem” (BOURDIEU, 2011), em suma, a assimilação de um *habitus* específico tornou o campo político um espaço de disputas com regras próprias. Neste sentido, é interessante observar a contribuição da sociologia relacional de Pierre Bourdieu para o entendimento dos processos de seleção do pessoal político. Para o autor francês, o recrutamento de elites e sua atuação no interior do campo político seria função de um capital específico mobilizado, o capital político. Definido da seguinte forma (2008, p.204): “[...] o capital político de um agente político dependerá primeiramente do peso político de seu partido e do peso que a pessoa considerada tem dentro de seu partido”. Ou seja, como o campo político não é completamente autônomo nas democracias⁷, faz-se necessário a realização de eleição para unção dos escolhidos, existindo, no entanto, dois níveis de disputa. Primeiramente, a disputa interna – dentro do partido – quando que os ‘melhores’ serão escolhidos dentre os profissionais da política (“o peso do agente dentro do partido”), e, posteriormente, a disputa externa – pelo voto popular – quando que os candidatos, vencedores de um filtro de seleção, devem se sujeitar a vontade dos “leigos” (“o peso do partido no campo”).

A definição que Bourdieu faz do conceito de capital político é distinta, neste sentido, do que geralmente é posto nos estudos de recrutamento. Para o autor, o capital político é um recurso que os agentes mobilizam internamente ao campo, por meio de homologia e reconversão (MARENCO, 2008), de capitais precedentes, e não enquanto uma somatória de vários atributos sociais, culturais ou educacionais, utilizados no acesso ao campo (JOIGNANT, 2012). O capital político, na acepção de Bourdieu, apesar de estar relacionado com propriedades externas, consiste em um capital de valor e uso específico. Logo, a questão

⁷ Apesar de suas regras próprias, seu *habitus* peculiar.

não está posta no sentido primeiro dos estudos de recrutamento (“quem chega lá?”), mas como que em um segundo momento (“quem domina o campo?”).

Esta operacionalização possibilita uma aproximação dos estudos organizacionais sobre os partidos e os estudos sobre elites políticas. Partidos que exigem filiação longa para que o sujeito se torne candidato podem ser definidos enquanto organizações mais fechadas e centralizadas, enquanto partidos que não possuem tais exigências podem ser vistos enquanto organizações mais descentralizadas (MICHELS, 1982; DUVERGER, 1992; MARENCO DOS SANTOS & SERNA, 2007). Para ser candidato a cargo eletivo, no primeiro caso, torna-se necessário dispêndio, e posse, de maior capital político do que no segundo caso. Estruturas mais centralizadas, desta forma, exigem maiores “provas de lealdade” de seus membros para distribuírem benefícios, o peso do agente dentro do partido deve ser maior. Outra questão importante a ser investigada é saber em que medida a coalizão dominante, nas palavras de Panebianco (2005), ou a elite partidária (RIBEIRO, 2014), investe em seus candidatos e se há diferenciação entre “graus” de investimento. As listas partidárias para eleições legislativas tendem a ocupar quase todas as vagas disponíveis⁸, no entanto, a questão é observar o grau de variabilidade dos recursos e observar que os próprios partidos realizam seleções internas no sentido de manter elites “confiáveis”.

Assim, o vínculo que se estabelece entre elites e organização partidária, passa pelo “filtro” do financiamento partidário. Isso se deve ao fato, do recrutamento ser tratado como um processo formado por diversos filtros e etapas de seleção de elites, segundo Czudnowski (1975), e Norris (1997). A medida que uma organização partidária seleciona os seus candidatos e aposta em quem serão os seus representantes, se estabelecem incentivos importantes e barreiras igualmente relevantes para aqueles que não foram beneficiados pelos recursos da organização. A observação aqui é a mesma que Marengo dos Santos (1997) lembrava de Bourdieu (1989, p.192-3) “Em resumo, a instituição investe aqueles que *investiram* na instituição”. O perfil desses indivíduos que recebem o investimento teria pouca ou nenhuma importância, caso se entenda os partidos como frouxos ou desprovidos de

⁸ As regras para escolha e registro de candidatos estão contidas na Lei nº 9.504/97 e também na Resolução nº 23.373/2011/TSE. Cada partido que concorre isolado pode lançar até 150% do número de vagas e cada coligação pode lançar até o dobro.

organização como é o diagnóstico de brasilianistas como Ames (2003) e Mainwaring (2001), por exemplo.

Na seção seguinte, indicamos por meio de estatística descritiva e inferencial, o perfil dos candidatos e eleitos ao cargo de deputado federal do PT, PDT, PMDB, PSDB e PP, ressaltando alguns dos já conhecidos achados da literatura sobre elites políticas.

2. Quem são os candidatos e os eleitos

Parte da literatura já referenciada tem se preocupado em esquadrihar o perfil social dos candidatos e dos eleitos para os cargos de deputado federal. Os nossos dados, confirmam alguns achados dos estudos de elites políticas, tais como: a predominância de homens 95,2% entre os eleitos, conforme dados de Araújo (2005); a prevalência de sujeitos que já iniciaram ou já possuem o nível superior: 85,7% dos eleitos, tendência já destacada em Carvalho (2003), Neiva e Izumi (2012), por exemplo.

Outras divisões ainda aparecem mais evidentes no perfil dos candidatos e dos eleitos, a declaração que os candidatos fazem sobre raça. Nos nossos dados, todos os eleitos se autodeclararam brancos, enquanto apenas um candidato se autodeclarou indígena, e pardos e pretos foram duas autodeclarações cada.

Do perfil dos candidatos e eleitos, ser ou não incumbente é a que apresenta as taxas mais significativas para eleição, ou no caso, reeleição. Além é claro dos recursos que podem ser provenientes da própria inserção na política, o que os nossos dados indicam é que esses indivíduos são os “selecionados” pelos partidos, embora existam variações dentro das cinco organizações. Na seção seguinte introduzimos os dados sobre o financiamento partidário, em relação às inferências já levantadas.

2.1 A opção pelos de dentro

O financiamento de campanhas no Brasil, até decisão do STF de 2015, era misto (RUBIO, 2005). Os recursos, neste sentido, eram provenientes de fontes privadas (pessoas jurídicas e pessoas físicas), e públicas (o Fundo Partidário). A partir daquele ano, as empresas

foram proibidas de efetuar doações às campanhas eleitorais (BOLOGNESI, 2015). Em 2014, porém, a regra ainda era válida, e grande parte do financiamento de partidos e candidatos tiveram como origem pessoas jurídicas (KRAUSE, REBELLO & SILVA, 2015). Segundo Speck & Campos (2015), os partidos políticos, através de suas Direções (nacionais e subnacionais), recebem recursos de empresas e as repassam aos candidatos. Segundo os autores, existem duas interpretações para este processo: na primeira delas, os partidos são vistos como meros despachantes de recursos, afinal de contas, recebem os valores e repassam as campanhas individuais de forma “automática”; na segunda interpretação, os partidos são vistos enquanto atores autônomos, que possuem poder discricionário e podem influenciar o pleito alocando recursos em seus candidatos “favoritos”. No sentido de testarmos estas interpretações trabalhamos com as prestações de contas das campanhas dos 115 candidatos à Câmara dos Deputados dos cinco principais partidos do Rio Grande do Sul, quais sejam: PDT, PMDB, PP, PSDB e PT⁹.

As respectivas prestações de contas se encontram disponíveis no Tribunal Superior Eleitoral (TSE). De todas as doações recebidas pelos distintos candidatos separamos aquelas que tiveram como fonte os próprios partidos, ou seja, foram oriundas do Diretório Nacional e/ou Estadual. Desta forma, isolamos as doações que passaram, em algum momento, pelo crivo das elites locais e nacionais das organizações partidárias. O dinheiro foi oriundo de doações de empresas, como colocamos anteriormente, mas também de pessoas físicas e, mesmo, do Fundo Partidário. Na tabela 1, destacamos os valores das doações dos partidos para o total de candidatos, os valores específicos para o total de candidatos a Câmara dos Deputados, a porcentagem que representou estes valores para o total do orçamento, bem como o número de candidatos, e o número destes que foram contemplados por doações dos partidos. Um primeiro dado importante é que o investimento dos partidos, em nível local e nacional, é considerável para o pleito Legislativo Federal. Excetuando PT e PDT, os demais partidos investiram mais de 50% do total de recursos doados nos candidatos a deputado federal, o que vem ao encontro da tese de Freitas (2009). Para a autora, os partidos traçam um cálculo estratégico para as eleições legislativas federais, afinal de contas, o resultado do pleito interfere nos valores que as organizações receberão do Fundo Partidário, bem como o tempo

⁹ A escolha dos partidos se deve a que os mesmos possuíram as maiores representações para a Câmara dos Deputados, nos últimos anos, bem como as maiores representações na Assembleia Legislativa do estado.

de televisão obtido (HGPE). O forte financiamento, no entanto, não é igualitário. A diferença entre o número de candidatos e o número de contemplados pelo beneplácito do partido é diferente, sendo que nenhum dos cinco partidos doou valores para todos os candidatos (dos 115 candidatos, 90 foram beneficiados). Ou seja, este é o primeiro filtro de seleção dos partidos. O último dado da tabela é uma média esperada. Dado o número de candidatos contemplados e o valor total de doações, calculamos o valor que seria entregue aos postulantes, se a distribuição fosse igualitária.

Tabela 2- Doações das Executivas Nacionais para as executivas estaduais 2014

Partido	Doações Candidatos	Doações Câmara dos Deputados (CD)	% Valores CD	Candidatos CD	Candidatos Contemplados	Média Esperada por candidato
PT	R\$ 11.160.622,36	R\$ 4.323.750,00	38,74	17	12	R\$ 360.312,50
PDT	R\$ 3.425.858,02	R\$ 1.453.754,56	42,43	25	20	R\$ 72.687,73
PMDB	R\$ 4.475.499,21	R\$ 2.886.192,39	64,49	30	19	R\$ 151.904,86
PSDB	R\$ 1.883.954,00	R\$ 1.538.102,00	81,64	18	15	R\$ 102.540,13
PP	R\$ 17.869.548,13	R\$ 9.173.030,00	51,33	25	24	R\$ 382.209,58
Total	R\$ 38.815.481,72	R\$ 19.374.828,95	49,92	115	90	R\$ 215.275,88

Fonte: TSE

Note-se na tabela acima que o número de candidatos que disputaram o cargo de deputado federal é variado: de 17, no caso do PT até 30 no PMDB. Outro dado relevante dessa tabela é o número de candidatos que receberam algum tipo de recurso dos seus partidos. O PP, nesse quesito, foi o partido que mais recurso distribuiu para os postulantes, dos seus 25 candidatos, 24 conquistaram algum tipo de recurso proveniente da legenda, enquanto o PMDB foi a agremiação que menos recursos disponibilizou para esses candidatos. Dos seus 30 candidatos, apenas 19 (63,3%) contaram com o apoio do partido.

Se os dados da tabela 2 permitem observar a quantidade de candidatos contemplados com os recursos das suas legendas, a tabela 3 separa os candidatos em dois grupos: os novatos (que disputaram o cargo pela primeira vez) e os incumbentes (que buscavam a reeleição). A nossa hipótese, ao longo desse estudo, é de que os partidos políticos controlam de alguma forma quem serão os “seus candidatos”, ou seja, apesar do sistema eleitoral ser de lista aberta,

na prática, a coalizão dominante (As executivas), distribuem de forma desproporcional os recursos financeiros, controlando assim, essa importante zona de incerteza, e definindo aqueles que terão mais chances de serem eleitos, afinal de contas, os gastos impactam no sucesso e/ou fracasso das campanhas eleitorais (CAMPOS, 2009). A Tabela 2 demonstra que, em média, os candidatos novatos receberam menos valores dos partidos do que os incumbentes (cerca de R\$ 800.000,00 a menos).

Tabela 3- Recursos oriundos dos partidos para candidatos

Incumbente	Média	N	Desvio Padrão	Soma	Valor mínimo	Valor máximo
Não	58677,85	73	118908,92	4283483,24	163,00	555000,00
Sim	887726,22	17	653333,97	15091345,71	95000,00	2015000,00
Total	215275,88	90	441205,60	19374828,95	163,00	2015000,00

Fonte: TSE

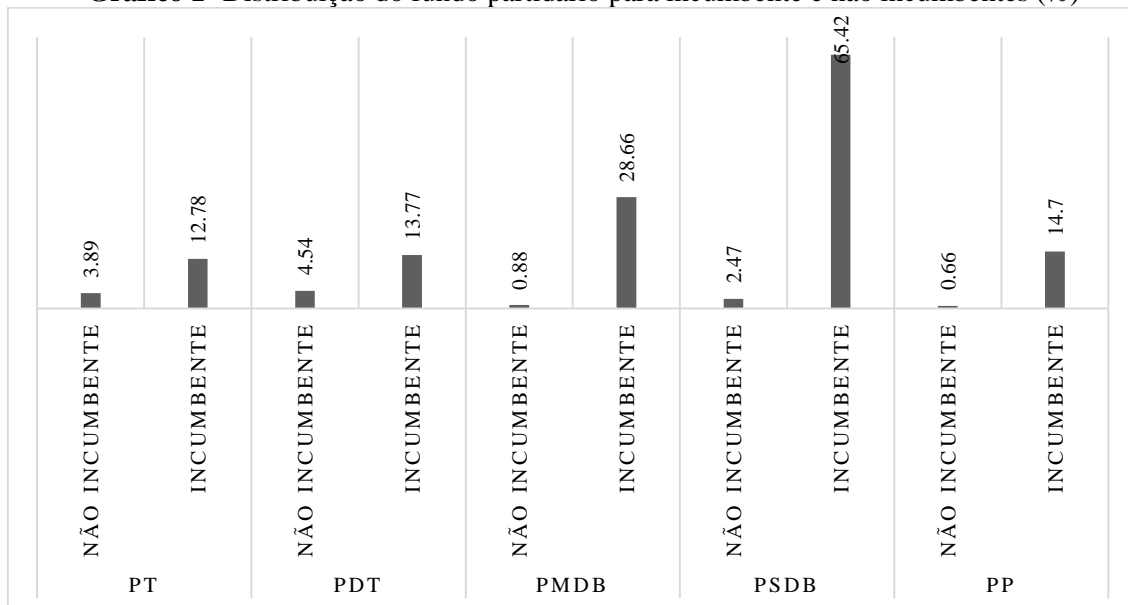
Abaixo separamos os dados referentes aos partidos específicos, no sentido de observar distintas dinâmicas. Trabalhamos, então, com outro dado, o valor proporcional de recursos recebidos. Este é calculado a partir do seguinte raciocínio: considerando o total de recursos que o partido distribuiu para seus candidatos a deputado federal, qual a porcentagem de recursos que o candidato recebeu¹⁰? Este valor demonstra, em termos mais claros, a dominância de determinados candidatos no que concerne as preferências das elites partidárias, locais e nacionais. Verificamos em termos empíricos, neste sentido, o argumento de Campos (2009, p. 171): “[...] o acesso aos recursos provenientes das estruturas partidárias torna-se mais efetivo quanto maior a proximidade do candidato com as lideranças partidárias”. Trata-se, em outras palavras, de um reforço do argumento de Bourdieu (1989; 2008), acerca do funcionamento do campo político. O filtro de seleção interno, os partidos, pode ser verificado a partir do financiamento, quando que ficam claras as preferências das elites partidárias.

No gráfico 1, especificamos as diferenças recebidas pelos incumbentes e não-incumbentes (novatos), discriminados por partidos, de acordo com o valor proporcional. Neste sentido, é interessante notar as diferenças entre os valores nos distintos partidos. O PDT e o PT, classificados pela literatura enquanto partidos de esquerda (RODRIGUES, 2002),

¹⁰ Em um exemplo hipotético: se o partido distribuiu aos seus candidatos o valor de R\$ 100.000,00, e o candidato A recebeu R\$ 10.000,00, o valor proporcional será de 10%.

possuem as menores distâncias (9,23% e 8,89%, respectivamente). O que quer dizer que o dinheiro distribuídos pela elite partidária se encontra mais disperso. PMDB e PP possuem distâncias maiores (27,78% e 14,04%, respectivamente). Enquanto que o PSDB, que possuía somente um incumbente (Nelson Marchezan Jr), concentrou a maioria dos seus recursos neste candidato (mais de 65% do valor investido).

Gráfico 1- Distribuição do fundo partidário para incumbente e não incumbentes (%)



Fonte: TSE

O gráfico acima não deixa dúvidas de que as cinco agremiações privilegiam incumbentes a novatos, de um modo geral. O caso mais significativo é o PSDB, como observamos acima, em que somente um candidato concentrou quase 70% dos recursos da legenda (Nelson Marchezan Junior). Os dados apontam para uma preferência nítida das elites partidárias em investir em candidatos já inseridos no campo político. Os nossos dados, também indicam que a ideologia parece uma variável importante para determinar como se dá o processo de distribuição de recursos nos partidos. Os partidos de esquerda, em tese, mais centralizados (DUVERGER, 1992), apesar de também privilegiarem os políticos já inseridos no campo, foram mais igualitários em sua distribuição. Este dado pode indicar que o filtro de seleção, nas organizações de esquerda, apesar de elevado, possibilita incentivos materiais

equânimes. Ou seja, para que o sujeito chegue a ser candidato terá que lutar internamente e provar sua lealdade, mas, quando chegar nesta condição, será recompensado.

Outro aspecto igualmente relevante do perfil dos incumbentes¹¹ é o tempo que esses candidatos dedicaram aos seus partidos políticos. Sobre esse ponto, Marengo dos Santos & Serna (2007), apresentam achados relevantes sobre os padrões de carreira na esquerda e na direita. No nosso caso, a suposição era de que indivíduos que são os “selecionados” pela instituição possuíam algum tipo de lealdade aos seus partidos. Os nossos dados indicam essa tendência. Calculamos, neste sentido, o tempo dedicado ao partido, a partir da data de filiação até o ano da eleição.

Separados em blocos ideológicos, o PT dos seus seis incumbentes, todos foram filiados ao partido a pelo menos quase 20 anos antes (19 o menor valor e 34 o maior), o PDT, possui apenas um incumbente e o mesmo tinha 26 anos de filiação ao partido. Já no centro, a exceção do PSDB que investiu mais da metade dos seus fundos no candidato que possuía 13 anos de filiação, enquanto o PMDB não teve nenhum incumbente com menos de 20 anos de filiação. Na direita, os incumbentes do PP tinham mais de 14 anos de filiação partidária.

Os dados do tempo de filiação e do financiamento sugerem que não estamos diante de partidos políticos “fracos”. As elites partidárias dessas organizações conseguem, por meio de investimento direto nas candidaturas de determinados indivíduos “selecionar” seus candidatos, na prática, isso consiste numa “lista fechada informal”, uma vez que o eleitor não sabe quais são os candidatos priorizados pelo partido, mas este, garante recursos para eleição dos que serão seus representantes na Câmara Federal. No quadro abaixo, comparamos esta lista informal com a lista final de eleitos. Dos 21 deputados federais eleitos pelos cinco partidos, apenas cinco (23,8%), não foram os mais beneficiados pelo beneplácito partidário. PDT, PMDB e PT investiram em candidatos que acabaram por ficar com a suplência na disputa¹². Sendo que o caso petista foi o de maior erro estratégico: três dos candidatos mais financiados não obtiveram os votos necessários para se eleger.

¹¹ Os dados utilizados dizem respeito apenas aos incumbentes e não de todos os candidatos. Não utilizamos todas as candidaturas, pela ausência de informações sobre esses indivíduos.

¹² No quadro em itálico.

Quadro 1: Lista Final e Lista Informal

Deputado	Partido	Votos	Deputado	Partido	Valor Recebido	Situação
Giovani Cherini	PDT	115.294	<i>Flavio Percio Zacher</i>	<i>PDT</i>	525000,00	<i>Suplente</i>
Darci Pompeo De Mattos	PDT	91.849	Afonso Antunes Da Motta	PDT	259900,00	Eleito
Afonso Antunes Da Motta	PDT	90.917	Giovani Cherini	PDT	200135,71	Eleito
Alceu Moreira Da Silva	PMDB	152.421	Darcisio Paulo Perondi	PMDB	1494000,00	Eleito
Giovani Batista Feltes	PMDB	151.406	Osmar Gasparini Terra	PMDB	532500,00	Eleito
Osmar Gasparini Terra	PMDB	120.755	Alceu Moreira Da Silva	PMDB	455000,00	Eleito
Márcio Della Valle Biolchi	PMDB	119.190	<i>José Alberto Fogaça De Medeiros</i>	<i>PMDB</i>	142500,00	<i>Suplente</i>
Darcisio Paulo Perondi	PMDB	109.864	Márcio Della Valle Biolchi	PMDB	97500,00	Eleito
Luis Carlos Heinze	PP	162.462	Jerônimo Pizzolotto Goergen	PP	2015000,00	Eleito
José Alfonso Ebert Hamm	PP	132.202	José Otavio Germano	PP	1940000,00	Eleito
Jerônimo Pizzolotto Goergen	PP	115.173	Renato Delmar Molling	PP	1438800,00	Eleito
Luis Antonio Franciscatto Covatti	PP	115.131	Luis Carlos Heinze	PP	1217400,00	Eleito
Renato Delmar Molling	PP	102.770	José Alfonso Ebert Hamm	PP	1103760,00	Eleito
José Otavio Germano	PP	81.503	Luis Antonio Franciscatto Covatti	PP	373000,00	Eleito
Nelson Marchezan Junior	PSDB	119.375	Nelson Marchezan Junior	PSDB		Eleito
Paulo Roberto Severo Pimenta	PT	140.868	Marco Aurélio Spall Maia	PT	1415500,00	Eleito
Marco Aurélio Spall Maia	PT	133.639	Paulo Roberto Severo Pimenta	PT	1263500,00	Eleito
Henrique Fontana Junior	PT	128.981	<i>Paulo Adalberto Alves Ferria</i>	<i>PT</i>	456000,00	<i>Suplente</i>
Maria Do Rosário Nunes	PT	127.919	Maria Do Rosário Nunes	PT	356250,00	Eleito
Dionilso Mateus Marcon	PT	116.178	<i>Dionilso Mateus Marcon</i>	<i>PT</i>	266000,00	<i>Suplente</i>
Gilberto José Spier Vargas	PT	109.469	<i>Fernando Marroni</i>	<i>PT</i>	142500,00	<i>Suplente</i>
Elvino Jose Bohn Gass	PT	100.841	Henrique Fontana Junior	PT	133000,00	Eleito

Fonte: TSE.

Como último teste empírico, realizamos uma regressão linear com o intuito de observar os efeitos de relação entre a preferência dos partidos por determinados candidatos e seus atributos peculiares. Neste sentido, a variável dependente consiste no valor proporcional¹³ recebido pelos candidatos em relação ao conjunto de variáveis independentes listadas abaixo:

¹³ Ver nota 10.

- a) Ideologia: os partidos de esquerda distribuem recursos de maneira mais proporcional que os partidos de direita e/ou centro;
- b) Liderança: os membros das Direções Nacional e Estadual recebem mais recursos do que os não membros;
- c) Expertise: ter sido líder ou vice-líder do partido no Parlamento representa mais investimento do partido.

Desta forma, buscamos ir além das estatísticas descritivas tratando de testar de forma multivariada as relações entre financiamento e capital político.

Das quatro variáveis testadas, duas apresentam significância estatística, quais sejam: ser membro da Direção Nacional, e ter sido líder ou vice-líder partidário no Parlamento. Ou seja, quando o candidato estava vinculado, através da Executiva, à coalizão dominante nacional, este recebeu, em média, 20% a mais de recursos. Neste sentido, confirmamos empiricamente a hipótese apresentada por Bourdieu (2011): “o peso do agente no interior do partido” é determinante para fortalecimento e, mesmo, definição de seu capital político. Estar no topo de poder de seu partido culmina em: “[...] recompensas concretas e imediatas” (SARTORI, 1982, p.121). Quanto à liderança, os dados comprovam a tese de que os partidos tendem a investir em profissionais da política, em seus membros que já ocuparam cargos de destaque e conhecem o processo legislativo (SANTOS, 2009).

Tabela 4: Regressão Linear Financiamento

	Coeficientes não estandardizados		Coeficientes estandardizados	T	Sig.
	B	Std. Error	Beta		
(Constante)	1,894	1,334		1,420	,005
Esquerda	3,359	2,123	,145	1,583	,117
Direção Estadual	2,854	4,018	,064	,710	,480
Direção Nacional	20,495	3,198	,579	6,408	,000
Líder Partidário	14,595	2,597	,514	5,619	,000

Fonte: TSE.

As demais variáveis não apresentaram significância estatística. Ser de esquerda não representou, a partir dos dados, maior equanimidade na distribuição de recursos. Estar vinculado a burocracia estadual não representou benefícios proporcionais. Como os recursos são provenientes, em sua maioria, das direções nacionais, podemos observar que há um filtro

de seleção geográfico. Os políticos mais vinculados à esfera nacional são privilegiados em relação aos políticos da esfera estadual.

3. Considerações Finais

A mudança da lista aberta para fechada é um dos temas que animam o eterno debate da Reforma Política no Brasil. Nesse trabalho, observamos, de forma exploratória, que os partidos políticos, mesmo com a manutenção da lista aberta, controlam os candidatos que serão eleitos a partir do financiamento eleitoral. Os achados da pesquisa, neste sentido, confrontam os diagnósticos pessimistas sobre os partidos políticos brasileiros de Ames (2003) e Mainwaring (1996). Ao lado de uma literatura que se esforçou em destacar o papel dessas instituições no Parlamento (FIGUEIREDO & LIMONGI, 1995), e sobre a coordenação eleitoral (GUARNIERI, 2011), parece ser mais sensato, a partir dos casos selecionados, relativizar os efeitos sobre a lista aberta sobre as organizações partidárias.

Os nossos dados, tendo como o caso mais extremo o PSDB que investiu quase 70% dos seus recursos em apenas um candidato, indicam que os partidos, por meio da sua coalizão dominante, conseguem influenciar os resultados eleitorais, organizando uma “lista informal” com aqueles que serão eleitos, e de fato o são, haja vista que a taxa de sucesso dos incumbentes é superior ao dos novatos. Os filtros de seleção internos comprovam, empiricamente, que existem níveis de disputa e que a seleção de elites políticas não se dá, exclusivamente, pelo processo eleitoral. O campo político se estrutura a partir de regras próprias e os agentes que se enquadram em sua dinâmica têm mais chance de serem bem-sucedidos.

Este estudo, apesar de seu escopo reduzido, possibilitou ainda relacionar a literatura “organizacional” dos partidos à literatura de elites políticas, tendo comonexo o conceito de capital político, desenvolvido por Bourdieu (1989; 2011). Os atributos de acesso ao campo, desta forma, foram relacionados a outras variáveis, tais como: as posições de liderança no interior das organizações (Executivas), bem como o grau de expertise dos políticos (ocupação de cargos no interior dos Legislativos). Excetuando o PT, que investiu dinheiro em candidatos que não foram eleitos, os partidos parecem investir em opções estratégicas eleitoralmente,

gastando dinheiro naqueles candidatos que já deram provas de lealdade e que, por associação, possuem desempenho eleitoral favorável.

Há, no entanto, muito ainda o que investigar sobre o funcionamento das cúpulas partidárias, como já ressaltado por Ribeiro (2014). Os resultados dessa pesquisa ainda precisam ser ampliados para outros partidos políticos no próprio Rio Grande do Sul, e também em outras unidades da federação, com vistas a observar variações dentro das organizações e da própria atuação das elites partidárias.

Referências Bibliográficas

ALDRICH, John. **Why Parties? The origin and transformation of party politics in America**. Chicago: University of Chicago Press, 1995.

AMES, Barry. **Os entraves da democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

BOLOGNESI, Bruno. Dentro do estado, longe da sociedade: a distribuição do fundo partidário em 2016. Newsletter. **Observatório de elites políticas e sociais do Brasil**. Nusp/ufpr, v.3, n.11, julho. P. 1-15. Issn 2359-2826, 2016.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989.

_____. O Campo Político. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 5. Brasília, janeiro-julho de 2011, pp. 193-216.

BRAGA, M. S.S.; BOURDOUKAN, A. Partidos políticos no Brasil: organização partidária, competição eleitoral e financiamento público. **Perspectivas**, 35, pp. 117-148, 2009.

CAMPOS, M.M. **Democracia, partidos e eleições: os custos do sistema partidário-eleitoral no Brasil**. Tese de Doutorado. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2009.

_____. Financiamento dos diretórios subnacionais: os efeitos da descentralização e do custeio da máquina partidária em Minas Gerais. In **35º Encontro da Anpocs**. Caxambu, 2011.

CARVALHO, Jose Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial / Teatro de sombras: a política imperial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CODATO, A.; CERVI, E. U.; PERISSINOTTO, R. M. "Quem se elege prefeito no Brasil? Condicionantes do sucesso eleitoral em 2012". **Cadernos Adenauer**, vol. 14, nº 2, p. 61-84, 2013.

COSTA, Luiz Domingos; CODATO, Adriano. A profissionalização ou popularização da classe política: um perfil dos senadores da República. In: André Marengo. (Org.). **Os Eleitos: representação e carreiras políticas em democracias**. 1ed. Porto Alegre: UFRGS, 2013, v. 1, p. 1-226.

COSTA, Paulo Roberto Neves; COSTA, Luiz Domingos; NUNES, Wellington. Os senadores-empresários: recrutamento, carreira e partidos políticos dos empresários no Senado brasileiro (1986-2010). **Rev. Bras. Ciênc. Polít.**, Brasília , n. 14, p. 227-253, ago. 2014 .

CZUDNOWSKI, M. M. Political Recruitment. In: GREENSTEIN, F. I.; POLSBY, N. W. (Eds.). **Handbook of Political Science: Micro-political Theory**. Reading, Massachusetts: Addison-Wesley, 1975. v. 2, p. 155-242.

DUVERGER, Maurice. **Los Partidos Políticos**. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1992.

FIGUEIREDO, Argelina; LIMONGI, Fernando. “Partidos Políticos na Câmara dos Deputados: 1989-1994”. **Dados**, 1995, 38 (3): 497-525.

FREITAS, Andréa. Migração Partidária na Câmara dos Deputados de 1987 a 2009. **Dados**, Rio de Janeiro, vol.55, nº 4, 2012, pp. 951 a 986.

GUARNIERI, Fernando. 2011. A força dos partidos "fracos". **Dados**, Rio de Janeiro , v. 54, n. 1, p. 235-258.

KRAUSE, Silvana; REBELLO, Maurício Michel; Da SILVA, Josimar Gonçalves. O perfil do financiamento dos partidos brasileiros (2006-2012): o que as tipologias dizem? **Revista brasileira de ciência política** 16: 247-272, 2015.

LUCAS, João Ignácio. A estabilidade dos dirigentes partidários do PMDB e do PT do Rio Grande do Sul-1979 a 1995. In: TELLES, Helcimara e LUCAS, João Ignacio (orgs.). (2003), **Das ruas às urnas: partidos e eleições no Brasil contemporâneo**. Caxias do Sul, Educus.

MAINWARING, Scott. **Brasil. Partidos Débiles, Democracia Indolente**. In: MAINWARING, Scott; SCULLY, Timothy. **La Construcción de Instituciones Democráticas: Sistema de Partidos en América Latina**. Santiago: CIEPLAN, 1996.

MAINWARING, Scott; SCULLY, Timothy. **Introducción: Sistemas de Partidos en la América Latina**. In: MAINWARING, Scott; SCULLY, Timothy. **La Construcción de Instituciones Democráticas: Sistema de Partidos en América Latina**. Santiago: CIEPLAN, 1996.

MANCUSO, Wagner Pralon. Investimento eleitoral no Brasil: balanço da literatura (2001–2012) e agenda de pesquisa. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba , v. 23, n. 54, p. 155-183, jun. 2015

MARENCO DOS SANTOS, A. Nas fronteiras do campo político. Raposas e outsiders no congresso nacional. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 12, n. 33, p. 87-101, fev. 1997.

_____. Estudos de elites políticas explicam como instituições tornam-se instituições? **BIB. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, n. 65, p. 5- 26, 2008.

MARENCO DOS SANTOS, A.; SERNA, M. Por que carreiras políticas na esquerda e na direita não são iguais? Recrutamento legislativo em Brasil, Chile e Uruguai. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 22, n. 64, p. 93-113, jun. 2007.

MICHELS, Robert. **Sociologia dos Partidos Políticos**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

MILLS, C.W. **A elite do poder**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1981.

NEIVA, Pedro, & IZUMI, Maurício Os “doutores” da federação: formação acadêmica dos senadores brasileiros e variáveis associadas. **Rev. Sociol. Polit.**, Fev 2012, vol.20, no.41, p.171-192.

NEIVA, Pedro; IZUMI, Maurício. Perfil profissional e distribuição regional dos senadores brasileiros em dois séculos de história. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 29, p. 165-188, 2014.

NORRIS, Pippa. **Passages to Power. Legislative recruitment in advanced democracies**. Cambridge: Cambridge University Press. 1997.

PANEBIANCO, Angelo. **Modelos de Partido: Organização e poder nos partidos políticos**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PERISSINOTTO, Renato Monseff; BOLOGNESI, Bruno. Electoral Success and Political Institutionalization in the Federal Deputy Elections in Brazil (1998, 2002 and 2006). **Brazilian Political Science Review** 4 (1), p. 10–32, 2010.

PERISSINOTTO, Renato Monseff; MIRIADE, Angel. Caminhos para o parlamento: candidatos e eleitos nas eleições para deputado federal em 2006. **Dados**, Rio de Janeiro , v. 52, n. 2, p. 301-333, jun 2009.

RIBEIRO, Pedro Floriano. **Dos Sindicatos ao Governo: a organização nacional do PT entre 1980 e 2005**. São Carlos: EdUFScar, 2010.

_____. Organização e Poder nos Partidos Brasileiros: uma análise dos estatutos. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº10. Brasília, janeiro - abril de 2013, pp. 225-265.

_____. Em nome da coesão: parlamentares e comissionados nas executivas nacionais dos partidos brasileiros. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba , v. 22, n. 52, p. 121-158, Dec. 2014 .

RODRIGUES, Leôncio Martins. **Partidos, ideologia e composição social: um estudo das bancadas partidárias na Câmara dos Deputados**. São Paulo: Edusp, 2002.

_____. **Mudanças na classe política brasileira**. São Paulo: Publifolha, 2006.

_____. **Pobres e ricos na luta pelo poder: novas elites na política brasileira**. – 1ª ed. – Rio de Janeiro: Topbooks, 2014.

SANTOS, Rodrigo D. **A Economia Política das Eleições 2002. Um Estudo Sobre a Concentração de Financiamento de Campanha para Deputado Federal**. Dissertação de Mestrado. Niterói/RJ. Universidade Federal Fluminense. 2009.

SARTORI, Giovanni. **Partidos e Sistemas Partidários**. Brasília : Editora UnB, 1982.

SCHONFELD, William R. (1980), “La stabilité des dirigeants des partis politiques: le personnel des directions nationales du Parti socialiste et du mouvement gaulliste”. **Revue Française de Science Politique**, vol. 30, n. 3, pp. 477-505.

WEBER, Max. **Ciência e Política: Duas Vocações**. 3ª Edição. São Paulo: Editora Martin Claret, 2013.

_____. **Economia e Sociedade : fundamentos da sociologia compreensiva**. 4. ed. Brasília : Ed. da Unb, 2004. Volume 1.